INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH

BACHARELADO INTERDICIPLINAR EM HUMANIDADES

SABINO CHIMUCO SAMUEL

DESAFIOS, TENSÕES E CONFLITOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NOS MUNICÍPIOS DE ACARAPE E REDENÇÃO/CE

REDENÇÃO – CE

2019

SABINO CHIMUCO SAMUEL

DESAFIOS, TENSÕES E CONFLITOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NOS MUNICÍPIOS DE ACARAPE E REDENÇÃO/CE

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profª. Drª. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO – CE

2019

SABINO CHIMUCO SAMUEL

DESAFIOS, TENSÕES E CONFLITOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS ESTUDANTES AFRICANOS NOS MUNICÍPIOS DE ACARAPE E REDENÇÃO/CE

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: ____ /____ / _____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Drª. Janaina Campos Lobo (Orientadora)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

_____

Profª. Drª. Artemisa Odila Candê Monteiro
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

_____

Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 5

2 JUSTIFICATIVA.....8

3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....9

4 OBJETIVOS.....10

4.1 Geral.....10

4.2 Específicos.....10

5 HIPÓTESES.....11

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....11

6.1 Ser estrangeiro em uma cidade.....11

6.2 (Re)territorialização: ocupar um novo espaço.....14

6.3 Estudantes africanos em Redenção e Acarape: como reterritorializar-se?.....20

7 METODOLOGIAS.....24

REFERÊNCIAS.....27

RESUMO

A criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), no município de Redenção, Ceará, fez com que houvesse um intenso fluxo de pessoas, dentre estes estão jovens brasileiros de vários distritos e municípios ao redor, especialmente do Maciço de Baturité, região do sertão central do estado e, também, os estudantes Africanos, provenientes dos países que compõem o PALOP (Países africanos de língua oficial portuguesa). O enfoque deste trabalho está na necessidade de compreender como se dá a ocupação de espaços públicos, particularmente tomando os alunos africanos como ponto de partida, os quais ao chegar no Brasil buscam acolhimento e uma nova territorialização.

Com este trabalho, tenciono compreender as seguintes questões: de que maneira os estudantes africanos encaram o acesso/ocupação nestes lugares/espaços?; de que modo o acesso e ocupação destes espaços afeta no relacionamento com os munícipes? Quais conflitos, dificuldades e desafios que os estudantes enfrentam nestes lugares/espaços? Como se dá a reterritorializacão destes estudantes? Quanto aos possíveis espaços para problematizar estas questões referencio: o espaço da Universidade, praça do obelisco em Redenção, praça da matriz em Redencão, Complexo Abolição (Redenção), hospitais e supermercados (Acarape e Redenção), ou seja, pretendo fazer um levantamento adensado dos diferentes territórios que se interrelacionam com a UNILAB. Para compreensão destes factos, farei uma revisão bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e observações de caráter participante entre os estudantes africanos que aportam nos municípios de Acarape e Redenção.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade/modernidade, devido ao processo de globalização, tende a aumentar o fluxo migratório, isto é, pessoas entrando e saindo de um lugar para outro, o chamado fenômeno de deslocamento. Neste sentido, várias são as motivações que levam os sujeitos a emigrarem[1]. Dentre muitas motivações destacam-se: passeios, procura de melhores condições de vida, oportunidades de emprego, estabilidade social, e estudos.

Nesse sentido, após a chegada no país de acolhimento, o imigrante deverá experimentar e enfrentar várias situações que nunca havia vivenciado antes, que para ele/a será impactante, por ser algo novo que é ser chamado, visto e tratado como "estrangeiro". Por esse motivo, o estrangeiro é visto como o 'diferente' e, portanto, tratado de como alguém de fora ou como alguém que ainda não domina por completo os códigos socioculturais do país que o recebe.

Dada a situação que/como o imigrante/estrangeiro passa, Véras (2017) nos apresenta uma abordagem que pensamos ser interessante compartilhar, cuja sentença é:

> "Ser estrangeiro é uma questão muito complexa e difícil, pois o seu estatuto jurídico é diferenciado, ele perde os direitos sociais de seu país de origem e para o novo ambiente é considerado de estrangeiro tendo de sujeitar-se às leis que o colocam em situação de apátrida (2017, p.50)".

Diante dessa nova realidade, o sujeito/ser é visto como o "estranho, estrangeiro ou ainda, se preferirem, o de fora". Com a nova realidade encontrada, este migrante deve se esforçar ao máximo para encarar os desafios durante um outro processo de readaptação e a readequação à nova realidade, que nós consideramos neste processo a partir do conceito de "reterritorialização" (HAESBAERT, 2012).

O estrangeiro, ante ao processo de reterritorialização, a sua maior dificuldade não está somente no sujeitar-se e adaptar-se às leis que o colocam na situação de

[1] Para Avtar Brah (2011, p. 209), as motivações podem ser compreendidas a partir das desigualdades econômicas entre as regiões, a mobilidade expansiva do capital, o desejo por buscar oportunidades que melhorem as condições de vida, conflitos políticos, guerras e outros são alguns dos fatores que impulsionam movimentos migratórios.

estrangeiro, mas também na maneira como será visto e recebido pelos residentes nativos do local de chegada.

Geralmente, a situação do estrangeiro é muito complexa de compreender para quem não experiencia essa realidade. Não querendo me alongar muito na questão do ser estrangeiro, mas é aqui que reside o cerne desta proposta de pesquisa.

Desse modo, fazendo uma incursão aos fatos históricos, é do nosso conhecimento que, nos séculos XV à XIX, o mundo viveu um período triste da história humana, que foi o processo de escravidão e colonização em que os africanos foram vítimas dessa violência. Durante este processo, criou-se teorias científicas e uma pirâmide a partir das quais o mundo passou a classificar, estratificar e tratar de forma diferente pessoas desses países. Dentre tantos povos que sofreram com o flagelo da escravidão, o africano foi o mais afetado, porque nessa pirâmide construída o africano foi colocado como o ser inferior aos demais seres. E nos dias atuais, este fato contribui negativamente pela maneira como é visto e tratado o africano na situação de estrangeiro.

Feito isso, e diante dos fatos apresentados, por esse motivo nos propusemos a pesquisar/problematizar sobre os desafios, tensões e conflitos no processo de reterritorialização dos estudantes africanos nos municípios de Redenção e Acarape/CE. E com isso objetivamos compreender de que forma ocorrem tais desafios e conflitos.

No processo de buscar compreender a realidade/situação em estudo, pensamos nós, hipoteticamente, que o processo de escravidão e colonização, juntando a estes elementos o estereótipo criado sobre o africano, influenciam negativamente no processo de reterritorialização dos mesmos estudantes. Com a nova realidade, o/a estudante africano se depara com uma gama de desafios a serem superados no processo de reterritorialização, como o de ser estrangeiro, a readaptação, a readequação diária com clima, alimentação, cultura e, finalmente, a saudade. E tudo isso gera - consequentemente - uma tensão no estudante.

No entanto, compreendendo a particularidade de cada estudante, pois, cada um vem de país/lugar, família e educação diferentes. Tudo isso também influenciará durante o processo onde todos buscam maneiras individuais (e contando também com uma rede de solidariedade) de superar tais situações, mas nem todos conseguem ultrapassá-las com êxito.

Por via disso, não obstante esses estudantes que aportam na região do Maciço de Baturité para fins de estudo serem de países diferentes, mas dada a necessidade, criou-se no seio destes estudantes-migrantes, redes de apoio, com o intuito de fortalecerem-se

uns aos outros para juntos superarem tais desafios. É sobre essas teias inventivas, sobre os processos que reterritorialização que trata este projeto.

2 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que todo deslocamento para um outro lugar, diferente do espaço de origem, envolverá processos de readaptação, readequação, novas leituras e novas relações que deverão ser estabelecidas com este novo lugar. A esse processo nomeamos de "reterritorialização". Neste caso, dada as dificuldades e desafios impostos nesse processo, esta pesquisa centra-se na análise das especificidades dos estudantes estrangeiros, nesse caso, estudantes africanos presentes na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB.

Compreendendo a relevância do tema em questão, com esta pesquisa tencionamos fornecer dados teórico-metodológicos e científicos para as posteriores pesquisas que serão realizadas na área das Ciências Sociais relativas ao tema da migracão. E, consequentemente, contribuir para uma sociedade mais justa e sem preconceitos, de modo que o mundo seja seguro e acolhedor para todos aqueles que estão em *movimento*. E, para isso, é necessário mudar para transformar o olhar estereotipado das pessoas sobre o estrangeiro e, principalmente, sobre o estrangeiro africano.

Desse modo, tencionamos colocar à disposição do público, dados que contribuam para que o processo de reterritorialização se constitua de forma eficaz. E ainda, com essa pesquisa, visamos apresentar para além da comunidade acadêmica um leque de informações que facilitará os próximos estudantes para que, ao sairem de suas terras de origem rumo ao Brasil ou para outras parte do mundo, não tenham tanta dificuldade ante ao processo de retrritorialização.

Ao nosso ver, toda e qualquer pesquisa científica está presente a intenção e o olhar subjetivo daquele que pesquisa; e as motivações para a escolha do tema a ser pesquisado também carregam consigo nossos interesses e disposições no mundo. Além do compromisso com a ciência e com a sociedade, há também um interesse pessoal com a pesquisa. Nessa senda de idéias, decidi problematizar os desafios tensões e conflitos

dos estudantes Africanos nos municípios de Acarape e Redenção/CE, uma vez que sou um estudante estrangeiro-migrante enfrentando o processo de reterritorialização.

Sabendo que também faço parte do grupo de estudantes africanos que residem nesses municípios e por ter experienciado as dificuldades existentes neste processo de reterritorialização como os demais, optei por pesquisar este tema pelo fato de que necessitava compreender, sociologicamente falando, tais processos, para além dos aspectos que subjetivamente me interpelam. Assim, creio que a pesquisa social, de caráter qualitativo, fornecerá as bases para a compreensão desta realidade, qual seja, dos estudantes africanos que migram para fins de estudo para o Brasil.

3 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

É do nosso conhecimento que, do processo de reterritorialização precede a desterritorialização, como sendo a saída do lugar de origem para outro. E sabemos nós que toda pessoa ao se desterritorializar geralmente cria ou constrói no seu imaginário tudo que poderá encontrar e viver naquele lugar. E isso faz com que o sujeito em processo de desterritorialização idealize como pode ser o lugar de chegada desejado.

Durante esse processo de preparação e idealização, somente pensamos em coisas boas e positivas sobre o lugar. E como é caraterístico ao ser humano, queremos a todo momento fugir daquilo que nos faz pensar em coisas ruins. E de forma consciente ou inconsciente, nem queremos pensar, nas dificuldades e desafios que podemos enfrentar em um novo território. Por ignoramos este pormenor, não nos preparamos de forma psicológica e emocional ou até mesmo financeira para encarar todas situações que podem advir no processo de reterritorialização. E quando isso acontece, há um embate/choque muito grande, pois a situação para muitos é desconhecida.

Entendendo a relevância do assunto, nos propusemos na nossa pesquisa a comprender este processo de desterritorialização/reterritorialização com os estudantes africanos dos municípios de Acarape e Redenção. Para estes estudantes é muito difícil o processo de desterritorialização, porque obrigatoriamente, eles se desfazem de parte do que já foi construído durante uma vida; se desfazem de amigos e família, comida, cultura. Tudo isso com objetivo específico que é o de buscar novas oportunidades, neste caso, a formação do ensino superior.

Após estes estudantes se desterritorializarem, na sua chegada eles se veem obrigados, ou melhor se veem necessitados a construírem novas bases ou novos territórios. E a esse processo nós vamos nomear de reterritorialização. Diante disso, gostaria afirmar que, durante o processo, nem sempre o mais dificil é se desterritorializar, mas sim o reterritorializar.

E para argumentar a afirmação anteriormente colocada, gostaria dizer que, para que o processo de reterritorialização se efetive de forma salutar e eficaz, necessita-se da colaboração, ou melhor, de uma boa recepção dos agentes nativos/residentes do local de chegada. Mas no caso dos estudantes Africanos que residem/chegam nos municípios de Acarape e Redenção, o processo de reterritorialização muitas vezes tem sido mais difícil que o desarraigar-se dos seus países de procedência.

Diante dos argumentos acima apresentados, com essa pesquisa visamos compreender o seguinte: quais são os desafios, tensões e conflitos que estes/os estudantes africanos enfrentam nos municípios de Acarape e Redenção no processo de reterritorialização? De que modo estes estudantes conseguem ultrapassar tais situações? Quais estratégias estes estudantes utilizam para conseguirem ultrapassar tais desafios, tensões e conflitos?

É a partir dessas questões que nos propusemos pesquisar. Pretendemos compreender a realidade dos mesmos estudantes e, posteriormente, partilhar os dados obtidos da mesma pesquisa de forma fidedigna. E com isso, abrir questionamentos para se seguirem outras pesquisas relativas ao assunto.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Esse projeto visa compreender as dificuldades, os trânsitos, tensões e desafios impostos aos estudantes africanos no processo de reterritorialização no Brasil, em particular nos municípios do Ceará onde a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira tem campi, neste caso, em Acarape e Redenção.

4.2 Objetivos específicos

- Identificar quais são as estratégias adotadas pelos estudantes africanos para se reterritorializarem fora de seus países de origem;
- Explicar de que modo estes estudantes vivem e ocupam os diferentes espaços que se interrelacionam com a UNILAB;

- Demonstrar os principais obstáculos que podem dificultar o processo de pertencimento a um novo território;
- Compreender as especificidades do processo de territorialização de estudantes africanos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Dada a importância do trabalho, para o enriquecimento do mesmo e consequentemente o fornecimento de dados para sustentação teórica do nosso estudo, esta seção versará sobre ser estrangeiro e a condição do estrangeiro em uma cidade.

1.1 Ser estrangeiro em uma cidade

Para Simmel, o contraste do mover é o fixar-se, com a liberdade dado ao espaço que se encontra. O conceito de "estrangeiro" apresentado aqui por Simmel não é o habitual em relação àquele que vem hoje e amanhã se vai, mas como o que vem hoje e amanhã pode permanecer (Simmel, 2005, p.1). Contudo, na visão deste autor, o ser estrangeiro ou o estranho, seria aquele que se encontra mais perto do distante. Diante disso, escreve Simmel:

> O estrangeiro é também um elemento do grupo, não mais diferente que os outros e, ao mesmo tempo, distinto do que consideramos como o "inimigo interno". É um elemento do qual a posição imanente e de membro compreendem, ao mesmo tempo, um exterior e um contrário (SIMMEL, 2005, p,1).

Véras (2017) salienta que ser estrangeiro é uma questão muito complexa e difícil, pois o seu estatuto jurídico é diferenciado, ele perde os direitos sociais de seu país de origem e para o novo ambiente é considerado de estrangeiro tendo de sujeitar-se às leis que o colocam em situação de apátrida (2017, p.50).

Acrescenta o autor que a posição de estrangeiro, no entanto, se intensifica fixamente na consciência, se alguém liga o estrangeiro à sua atividade. O estrangeiro por sua natureza não é proprietário do solo, e o solo não é somente compreendido no sentido físico, mas, também, como uma substância ao longo da vida, que não se fixa em um espaço específico ou em um lugar ideal do perímetro social (Simmel, 2005, p. 2).

No entender de Simmel, o estrangeiro é sentido e visto, precisamente, como um estranho, isto é, como um outro não "proprietário do solo". O estrangeiro é visto e sentido, por um lado, como alguém absolutamente móvel, como um sujeito que surge de vez em quando através de cada contato específico e não se encontra vinculado organicamente a nada e a ninguém, em relação aos estabelecidos parentais, locais e profissionais.

No tocante a questão de relação com um "estrangeiro" ou “estranho”, em que o mesmo é visto ou compreendido como alguém que não está vinculado a nada, Simmel aponta que por causa desse pensamento o que vai existir é “um não-relacionamento”. E o autor esclarece dizendo o seguinte:

> Nos contatos possíveis ele, o estranho, é sempre considerado como alguém de fora, como um não membro do grupo, e desse modo, as relações se dão a partir de um certo parâmetro de distanciamento objetivo, mas partindo das características essenciais de que também ele é um membro de um outro determinado grupo (SIMMEL, 2005, p.6).

Concordando com a idéia de Simmel, Véras (2017, p.52) afirma que estrangeiro ou o estranho ao grupo, é considerado e visto como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo. No entanto, o “estrangeiro”, no seu sentido *stricto* ou *lato*, já foi definido como uma forma particular de relação social, por expressar a unidade entre distância e proximidade por meio da mobilidade espacial.

No quesito mobilidade, Véras (2017) concorda com Simmel na forma como é visto e compreendido a mobilidade do estrangeiro, quando a autora comenta:

> E nesse processo de mobilidade e proximidade de convivência entre as pessoas acabam criando assim territórios de estrangeiros, e essas convivências de grupos diferentes na cidade servirá como elemento principal para sociabilidade e inserção na cidade criando assim territórios de pertencimento, e que ao mesmo tempo pode revelar afastamentos e segregações (Véras, 2017, p.48).

Resalta Simmel que o estrangeiro parece próximo, na medida em que a ele o outro da relação se iguala em termos de cidadania, ou em termos mais social, em função da profissão, criando laços internos entre as partes, e argumenta o seguinte:

> O estrangeiro parece mais distante, na medida em que esta igualdade conecta apenas os dois da relação de forma abstrata e geral, não havendo assim laços de pertença, também nas relações mais estreitas, uma acepção de estranhamento vem também facilmente (SIMMEL, 2005, p. 5).

Simmel (2005) argumenta ainda que, o mais irredutível estranhamento não seja aquele que se faz por diferenças e incompreensividade, mas há um tipo de estranhamento em que uma comunidade direta constituída sobre um solo qualquer, para o qual é elemento compreensivo, se vê excluída, como é o caso, por exemplo, da analogia alegórica do grego onde é negado ao outro, precisamente, as qualidades gerais do humano.

Já Norbert Elias (1965, P.19) vai usar o termo os "*estabelecidos"* (em inglês *establishment*) para designar grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder, e "outsiders" para designar "os de fora ou os não membros da boa sociedade", em que os estrangeiros também fazem parte desse grupo. Onde os estabelecidos estigmatizavam e criavam barreiras contra os outsiders e os consideravam como pessoas de menor valor humano.

Norbert Elias, procura esclarecer os processos e os conflitos socias existentes na sociedade de forma geral, e inclusive, a maneira como um grupo de pessoa é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante (1965, 13).

Segundo o autor é a partir da segregação criada pelos "estabelecidos" contra os "outsiders", que se propagava assim a compreensão ou a classificação das qualidades de um ser humano universal, em que o grupo dominante (estabelecidos) atribuía essa classificação a si mesmo. O autor vai usar o termo "aristocracia" para identificar, exemplificar ou até mesmo classificar o grupo dos estabelecidos como humanos superiores aos demais (ELIAS, 1965, P.19).

Diante disso, ainda podemos observar como isso cria divisão social e que tais atitudes perpassam até aos dias atuais como afirma Elias:

> Os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, veem-se como pessoas "melhores", dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e é isso que falta aos outros. E consequentemente, os indivíduos ou grupo inferiorizado se sinta carente de virtudes e humanamente inferiores (ELIAS, 1965, P.20).

Na tentativa de procurar o entendimento desse fenômeno social, ELIAS (1965, P.20) faz as seguintes questões: Como se processa isso? De que modo os membros de um grupo mantêm entre si a crença em que não são apenas mais poderosos, mas

também são seres humanos melhores do que os de outros? Que meios utilizam eles para impor a crença em sua superioridade humana aos que são menos poderosos?

Dada as questões que o autor tentou entender deparou-se com as seguintes situações intrigantes:

> No primeiro olhar, não havia diferenças de nacionalidade, ascendência étnica, "cor" ou "raça" entre os residentes das duas áreas, e nem quanto a seu tipo de ocupação, renda e nível educacional. A única diferença entre elas era a seguinte: um grupo compunha-se de antigos residentes, instalados na região havia duas ou três gerações, e o outro era formado por recém-chegados (Elias, 1965, 21).

Entretanto, Elias (1965) não limita o olhar para compreender as diferenças destes grupos, um dos elementos que vai contribuir de grande forma para essa diferenciação é a "estigmatização" criada pelos estabelecidos contra os outsiders. Mas, para um observador calculista e detalhista pode ocorrer outras diferenças como: o poder do capital, a cor da pele e/ou classe social, e são estes elementos que hoje tem sido o calcanhar de Aquiles como os principais motivos para as diferenciações ou para ser considerado como "estabelecidos".

No entanto, com o capitalismo assente nas metrópoles os estrangeiros procuram tais lugares que forneçam maiores e melhores condição de vida e de trabalho, que consequentemente cria um aglomerado urbano e que vai criando processos de competições e exclusões sociais. Além da competição no acesso ao solo revelam também diferentes formas de elitização, segregação, fragmentação sobretudo discriminação, preconceito e dificuldades de reconhecimento dos direitos perante as políticas sociais (Véras, 2017, P.48).

A partir dessas leituras, objetivamos proceder a uma análise da condição dos estudantes africanos nas cidades de Redenção e Acarape, especialmente associada à ocupação dos espaços, tomando as sociabilidades e os processos de territorialização como motes para a realização deste diagnóstico.

1.2 (Re)territorialização: ocupar um novo espaço

No intuito compreender melhor como ocorrem as dinâmicas espaciais no processo de (re)territorialização dos estudantes Africanos residentes em Redenção e

Acarape, nesta seção abordaremos os conceitos de (re)territorialização na perspectiva de vários autores.

E para a compreensão desse assunto, apresentaremos, primeiramente, na visão de Mondardo e Haesbaert o conceito de território. Em seguida, faremos uma incursão conceitual sobre a questão des(re)territorialização.

Posteriormente, abordaremos adiante as dinâmicas espaciais vivida pelos estudantes devido a variados fatores que afetam indireta ou diretamente o processo de (re)territorialização físico e simbólico-cultural.

Uma consistente discussão sobre a conceituação de território e territorialidade foi desenvolvida por Robert Sack (1986 apud Mondardo, 2012). Para Sack, a "territorialidade será definida como a tentativa, de um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território" (MONDARDO, 2012, p. 36).

Acrescenta Mondardo (2012), que território é, portanto, produto da população, de suas classes, grupos e de suas relações sociais, sendo também, consumido na forma de produto que é "vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio". Este recurso não seria uma "coisa", mas uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades (MONDARDO, 2012, p. 38).

A respeito das concepções de território, Haesbaert (2012), agrupa quatro vertentes básicas: a política, a cultural, a econômica e a natural. A primeira vertente, a política, está vinculada às relações de espaço-poder e é a mais propagada. Nela, o território é visto como um espaço demarcado e controlado por um determinado poder que, na maioria das vezes, se remete ao poder político do Estado. A segunda vertente, a cultural ou simbólico-cultural, prioriza a dimensão simbólica na qual o território é visto "como um meio de apropriação e de valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido". A terceira vertente, a econômica, pouco difundida, destaca a dimensão territorial das relações econômicas. Assim, o território é visto como uma fonte de recurso ligada às classes sociais e na relação capital-trabalho. A quarta e última vertente é a natural ou a naturalista que prioriza a relação entre sociedade e natureza, principalmente, "no que se refere ao comportamento 'natural' dos homens em relação ao seu ambiente físico" (HAESBAERT, 2012, p.40).

Nesse contexto, Haesbaert (2012, p. 35) lembra que a desterritorialização pode estar ligada às instabilidades das fronteiras, principalmente das estatais. Mas cabe salientar que tal autor não considera tais abordagens acerca do território como satisfatórias, uma vez que tais correntes sempre reforçavam dualismos: materialidade/imaterialidade, fixos/fluxos, forma/conteúdo.

Assim, Haesbaert nos lembra que ao abordarmos conceitualmente o território, necessariamente, requer-se uma perspectiva integradora, capaz de dar conta dos aspectos físicos, mas também simbólicos, cuja relação é sempre indissociável.

Nesse sentido, as relações de poder que emanam do território não são exclusivas do domínio do Estado-nação.

Nessa linha de pensamento, Mondardo (2012) concorda com Haesbaert quando afirma que no território sempre está envolvido as relações de poder e seu entrelaçamento, concomitante, com o poder simbólico, ligando dominação (político-disciplinar-econômica) e apropriação (identitária-afetiva) de uma parcela do espaço (MONDARDO, 2012 p. 40).

Assim sendo, o processo de desterritorialização, tomando a acepção de Haesbaert, a qual é inspirada nas proposições filosóficas de Deleuze e Guattari, remete à um movimento dialético imediato, que é a reterritorialização.

No entender de Deleuze e Guattari (1996 apud Santo e Burgele, 2017) sobre desterritorialização salientam que:

> A desterritorialização é como uma transcodificação, pois esse movimento não acontece somente na perda do território, mas em partes, em níveis que também se reconfiguram em uma nova roupagem, isto é, na construção de um novo território, de uma nova identidade, ou seja, na reterritorialização (SANTOS; BURGELE, 2017, P. 4).

Haesbaert (2012, p. 16), debruçando sobre os estudos a respeito de desterritorialização, aborda tal fenômeno como um mito, pois, segundo ele, o ser humano não pode viver sem território, a sociedade não pode existir sem territorialidade e, ainda, acrescenta que todo o movimento de destruição de território é, de algum modo, a reconstrução de novas bases, ou seja, de um novo território.

Com isso, Haesbaert nos faz crer que, a desterritorialização e a reterritorialização são processos que acontecem simultaneamente, pois nos deslocamentos espaciais dos indivíduos sempre comportam dentro de si uma força desterritorializante e

reterritorializante (Haesbaert, 2012). No entanto, todo processo de reterritorialização ocorrerá em simultâneo a des(re)territorialização. Sendo que não pode haver reterritorialização sem antes existir des(re)territorialização, pois a dinâmica social exige ao ser humano estes dois movimentos.

Haesbaert (2012) ressalta que foi com o passar do tempo que o processo de territorialização passou a ser mais aberto. Partindo das territorializações fechadas e quase "uniterritoriais", para as múltiplas, passando neste percurso pelas político-funcionais e flexíveis como ele descreve a seguir:

> A territorialidade fechada/ "uniterritorial" é condicionada pela relação direta entre poder político e identidade cultural; assim os territórios são defendidos por grupos culturalmente homogêneos que não admitem pluralidade territorial de poderes e identidades (grupos étnicos, comunidades quilombolas, etc.). Por sua vez, a territorialização político-funcional centra-se na percepção do Estado-nação respeitando relativa pluralidade cultural, rejeitando, contudo, a pluralidade de poderes para além dos públicos. Já a territorialização flexível considera a presença tanto da sobreposição territorial sucessiva (territórios periódicos ou espaços multifuncionais nas metrópoles), quanto a concomitante (sobreposição de territorialidades político-administrativas). Finalmente, na múltipla, há as "multiterritorialidades" advindas de diferentes grupos ou indivíduos que constroem territórios flexíveis, multifuncionais e multi-identitários (HAESBAERT, 2012, p. 75).

Acrescenta ainda Haesbaert (2012) que, a multiterritorialidade é conceituada como a ação ou processo por meio do qual acessam-se ou conectam-se diferentes territórios individual e coletivamente, e de forma concreta promovida por deslocamentos físicos, ou virtual com a utilização das facilidades e relações do ciberespaço.

Como aponta o autor, esta multiterritorialidade, não deve ser vista, como algo homogeneamente difundido ao redor do mundo. Pois, no cotidiano vemos indivíduos e grupos privilegiados (atores hegemônicos) tendo acesso quase que ilimitado ao espaço que Haesbaert conceitua como uma "multiplicidade inédita de territórios", sejam eles sobrepostos no mesmo espaço.

Nessa linha de pensamento, Haesbaert acrescenta:

> A multiterritorialidade atua como fenômeno alavancador da exclusão, tendo em vista que as condições de acesso aos "diferentes mundos" concretos ou virtuais não são idênticas para diferentes indivíduos e sociedades, consolidando-se o pressuposto da importância do controle do território como instrumento de reprodução da estrutura de poder e do status quo (HAESBAERT. 2012, P. 76).

Com as transformações da sociedade, os processos de mobilidade humana também passaram a ser discutida como des-re-territorialização, tendo, cada vez mais relevância compreender os mesmos processos à luz do território (MONDARDO, 2012, P. 36).

Por isso, entendemos que os conceitos de des-re-territorialização utilizados neste trabalho servirá como ferramenta chave para nos ajudar a compreender a realidade dos estudantes africanos em Redenção e Acarape, pois, este processo de desterritorialização e reterritorialização, se liga aos seus usos, domínios e apropriações ao longo do tempo.

Para Funini (2017), desterritorializar-se é se engajar em uma linha de fuga, sair do seu curso e dissolver (ou destruir) os territórios originais por sistemas maquínicos a atravessar os estratos de ordenamento mental e material. Significa abandonar o território, fugir, e a reterritorialização seria ir ao encontro, construir um território por novos agenciamentos maquínicos (FUNINI, 2017, P. 25).

Haesbaert (2012, p. 76) afirma que, as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização são vistas como os dois lados da "moeda" da territorialização, exatamente pelo seu encadeamento ao longo de um horizonte temporal mais amplo.

Haesbaert (2004 apud Funini 2017), argumenta que é possível refletir sobre a ideia de desterritorialização com as categorias *absoluto* e *relativo*. A desterritorialização *absoluta* está vinculada ao pensamento e à criação, criar algo novo implica em romper com os territórios pré-existentes (territorialidades imateriais), demandam novos agenciamentos. Já a desterritorialização *relativa* se desenvolve na ação do Estado e do capital, das maquinas capitalistas, na sobrecodificação de antigas territorialidades de sociedades pré-capitalistas, se colocando no plano da materialidade e da representação (FUNINI 2017, p. 25).

Desse modo, não podemos deixar de lado as contribuições de Deleuze e Guattari (1997) que também abordam o conceito desterritorialização numa vertente filosófica, quando dizem:

> Desterritorialização é o movimento pelo qual "se" abandona o território. É a operação da linha de fuga. Porém, casos muito diferentes se apresentam. Ela pode ser recoberta por uma reterritorialização que a compensa, com o que a linha de fuga permanece bloqueada; nesse sentido, podemos dizer que é negativa. Qualquer coisa pode fazer as vezes da reterritorialização, isto é, "valer pelo" território perdido; com efeito, a reterritorialização pode ser feita sobre um ser, sobre um objeto, sobre um livro, sobre um aparelho,

> sobre um sistema (DELEUZE; GUATTARI, 1997, apud Chelotti, 2010, P. 167).

Para uma melhor compreensão do conceito des-re-territorialização, Haesbaert (2006 apud Funini 2017), afirma que, simplificadamente, podemos compreender a desterritorialização como o movimento pelo qual se abandona o território, "a operação da linha de fuga", e a reterritorialização como o movimento de construção do território. Por isso, o território – e por ligação a desterritorialização – estaria impregnado de diversas formas de mobilidade, sendo construídos, abandonados e destruídos/reconstruídos pela e na dinâmica migratória.

Mondardo (2012) deixa claro que nesse processo de des-re-territorialização outros fenómenos importante vão acontecendo como o desprendimento de suas raízes daquele recorte espacial no qual a desterritorializada viveu parte da sua vida. E esclarece dizendo:

> "Desprender-se é "desligar-se" de uma porção do espaço em que fez amizades e inimigos, viveu e experienciou momentos incríveis, momentos de satisfação, momentos em que o fazia "se sentir em casa" (MONDARDO, 2012, P. 47).

A partir desse argumento, podemos afirmar que no processo de desterritorialização várias situações ocorrem: a perda e o desligamento físico do seu território do abrigo, da religiosidade, da família, da festa, do mover-se, do ir e vir.

Por outro lado, Mondardo (2012) Salienta que desprender-se também pode se caracterizar em "linha de fuga", isto é, pode se constituir no abandono de um "território saturado". Esta "fuga" do território se daria em virtude de alguma rusga, de um mal-estar naquele recorte espacial vivido, da busca por um novo território, por novas relações, por "novos ares", novas oportunidades, experiências e convivências, pela "aventura" (MONDARDO, 2012, P. 47).

Quanto ao processo de re-territorialização, Goettert (2004, apud Monardo, 2012) aponta que no contato inicial com um novo lugar, dois fatores irão condicionar para reterritorialização, que o autor chama de renovação ou esmorecimento. Assim:

> "A *renovação* é dada pelas relações que direcionam ou que podem auxiliar no estabelecimento de condições mínimas de trabalho, de remuneração, ou na aproximação delas; além, das relações sociais de comunicação, de amizade e vizinhança que possibilitam "ajustar", o mais rápido possível, o migrante ao novo lugar. O *esmorecimento*, ao contrário, ocorre na medida em que as primeiras experiências tendem

> a indicar o esfacelamento da positividade na qual se construíra o "desejo" de mudança" (MONARDO, 2012, P. 49).

Acrescenta Monardo que, no primeiro caso, acentuam-se as tendências de permanência e, no segundo, de uma nova partida. Ao mesmo tempo, ambas as tendências – permanência e partida – podem oscilar para o desterritorializado na medida em que as próprias relações no lugar chegado oscilem do melhor para o pior ou do pior para o melhor.

No caso de re-territorialização, como aponta Monardo (2012), sempre haverá julgamento da pessoa desterritorializada, levando em consideração tanto das condições encontradas no lugar como também na comparação com o lugar de origem ou, com um outro possível lugar, o que dependerá das informações e dos contatos sobre tal lugar ou lugares (MONARDO, P. 49).

Chelotti (2010) de uma maneira suscinta e resumida também nos ajuda a compreender os conceitos de TDR[2], em que na qual ele vai dizer o seguinte:

> A criação de territórios seria representada pela territorialização, a sua destruição (por mais que seja temporária) pela desterritorialização, e pela sua recriação a partir de processos de reterritorialização (CHELOTI, 2010, P. 167).

Abordar os conceitos de desterritorialização e reterritorialização a partir do discurso geográfico permite dotar a geografia de um corpo teórico-conceitual renovado e necessário para entender a complexidade do mundo contemporâneo. Portanto, aí reside uma grande contribuição para nossa discussão (CHELOTTI, 2010, P. 167).

Cabe aqui mencionar Chelotti (2010) que, outro estudioso contemporâneo que estuda e aborda sobre os processos a desterritorialização, não concorda com o argumento que desterritorialização e reterritorialização são, necessariamente, concomitantes e discute que:

> não existe um consenso de que os processos de desterritorialização são precedidos de processos de reterritorialização". Assim, evidenciamos duas grandes correntes interpretativas, principalmente, associadas ao processo de globalização. Uma, que defende que a globalização estaria provocando desterritorialização e a outra, defendo que embora ocorra desterritorialização numa escala, se verifica reterritorialização em outra (CHELOTTI, P. 168).

1.3 Estudantes africanos em Redenção e Acarape: como (re)territorializar-se?

[2] Sigla usada por Chelotti, significando: Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

Levando em conta o fato de que os interlocutores desta pesquisa são todos estudantes provenientes de países africanos, uma vez que a pesquisa será desenvolvida nas cidades do Ceará que a UNILAB atende[3], a pergunta central que atravessa este projeto é sobre como reterritorializar-se em cidades que são, pouco acolhedoras, racistas, violentas simbolicamente em que o africano ainda é visto como escravo, ser exótico e estranho?

Dado ao fato de que o Brasil é país onde maior parte da população se auto-atribui enquanto negra[4], muitos africanos ao virem para este país tem nos seus imaginários a noção de que estariam em um lugar onde seriam bem acolhidos e que não teriam muita dificuldade de (re)territorializar-se, uma vez que o Brasil sempre sustentou uma imagem (um tanto mítica) de democracia racial.

Diante desse fato, para compreendermos a realidade dos estudantes africanos em Acarape e Redenção, foi publicada em 2016 pela BBC News Brasil uma matéria de entrevistas com alguns estudantes africanos residentes no Brasil, em que todos apresentaram seus relatos sobre suas experiências acerca das dificuldades no processo de reterritorialização.

Para todos os interlocutores desta reportagem, a discussão sobre raça ou racismo era algo novo nas suas vidas e que na realidade de onde vêm (africana) essa discussão não fazia parte do cotidiano, como relata a estudante da Guiné Bissau:

> "Lá eu era uma menina como qualquer outra. Foi no Brasil que a questão da raça despertou em mim. Descobri isso na pele, mas foi bom porque isso só me fortaleceu."

Devido a várias ocorrências, muito violentas, argumentou ela sobre “estar no lugar errado”. E acrescentou que estas situações se tornam mais difícil quando "eu me sentava ao lado de alguém e a pessoa mudava de lugar”. Como exemplo, em uma sala com 200 alunos, só dois eram negros. "Não te agridem porque a lei não permite, mas você é olhado de um jeito que diz: aqui não é o seu lugar", afirma.

Para Ferreira, outro interlocutor, o negro imigrante é alvo de duplo preconceito: "quando você é negro brasileiro te olham como incapaz. O imigrante africano já é visto

[3] O público da UNILAB compreende, principalmente, estudantes oriundos dos municípios que compõem a região do Maciço de Baturité (sertão central cearense, composta pelos municípios de Baturité, Palmácia, Acarape, Redenção, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Barreira e Ocara), mas não exclusivamente, uma vez que há estudantes provenientes de diversos municípios do Ceará; e estudantes africanos procedentes dos Paises de Lingua Oficial Portuguesa.

[4] Percentagem de autodeclarados negros no Brasil, segundo dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 54%.

como exótico, mas carregamos o peso do estereótipo de que africanos são agressivos ou preguiçosos".

Com os relatos brevemente apresentados, quero reiterar aqui que muitos dos estudantes africanos só despertam para os debates sobre preconceito racial após chegar ao Brasil. Porque antes de chegar aqui ninguém se preocupava com preconceito de raça. Pois em nossos países todo mundo é negro, e o que existe lá é o preconceito étnico[5], usado politicamente para tomar o poder.

Vê-se que os temas sobre raça, racismo e suas dinâmicas estão diretamente relacionados e contribuem para uma fraca (re)territorialização, pois nesse novo território o estudante africano enfrentará situações desconhecidas. Taguieff (2001, apud Campos 2017) argumenta que:

> "Vivemos um momento em que quase todos reconhecem que o racismo permanece operando de forma efetiva no mundo, mas poucos são capazes de identificar claramente suas dinâmicas" (CAMPOS, 2017, P.1).

A respeito disso, Campos (2017) afirma que a literatura especializada permanece buscando uma definição de racismo capaz de transformar os significados toscamente articulados no senso comum em uma categoria analítica que permita investigá-lo empiricamente.

Dada a problemática em questão, há uma necessidade em abordar aqui de forma breve e clara os conceitos de racismo para compreender os relatos acima apresentados.

A expressão racismo começa a ser utilizada a partir da década de 1920 e conceituada em termos acadêmicos na década de 1940. Em um trabalho pioneiro no uso do neologismo, Ruth Benedict que definiu racismo como "o dogma segundo o qual um grupo étnico está condenado pela natureza à inferioridade congênita e outro grupo está destinado à superioridade congênita" (Benedict, 1945, p. 87). Já na década de 1960, Pierre van den Berghe o conceituou como "um conjunto de crenças de que diferenças orgânicas, genéticas transmitidas (reais ou imaginadas) entre grupos humanos estão intrinsecamente associadas com a presença ou a ausência de certas habilidades ou características socialmente relevantes" (Van den Berghe, *apud* Campos, 2017, p. 4) .

Para Campos, quando queremos analisar as teorias sociológicas dedicadas a explicar como o racismo opera, três abordagens se destacam: a primeira delas entende o racismo como um fenômeno enraizado em ideologias, doutrinas ou conjuntos de ideias

[5] É uma ideia pejorativa, socialmente criada a respeito de uma etnia ou um grupo social.

que atribuem uma inferioridade natural a determinados grupos com origens ou marcas específicas. A segunda abordagem, por seu turno, concede às ações, atitudes, práticas ou comportamentos preconceituosos e/ou discriminatórios na reprodução do racismo.

Por fim, a terceira abordagem crê que o racismo teria assumido características mais sistêmicas, institucionais ou estruturais nos dias atuais (CAMPOS, 2017, P. 2).

Contemporaneamente, dado o fenômeno da globalização e um novo contexto caracterizado por intensas mudanças socioculturais, que coincidiram inclusive com a crescente mobilidade e visibilidade do fenômeno migratório. Desse modo, vai surgindo assim novas e diferentes formas de racismo. Marinucci (2018) afirma que, com o fenómeno migratório crescente houve uma metamorfose do racismo clássico (bioracial) em formas mais camufladas - como a racialização e essencialização de identidades étnicas, culturais, religiosas e nacionais - sendo que permaneceu análoga a lógica subjacente de inferiorização de minorias - por vezes, majoritárias - internas ou externas. Em outros termos, os novos racismos (neoracimos) se estruturam em modo polivalente, assumindo configurações diferenciadas em decorrência de variáveis contextuais (MARINUCCI, 2018,).

Gusmão (2014), entende este fenómeno migratório como temporário e especial, parte de processos sociopolíticos contemporâneos que produz um "saber situado", do viver "fora do lugar" que é, também, um "estar no lugar" e que permite articular o local com o transnacional, produzindo cultura e realidade política específicas desse processo (GUSMÃO, 2014, P. 45).

Com isso, ressalta Gusmão, a imensa diversidade de modos de ser, estar e viver no Brasil, presente nos grandes núcleos urbanos, nos quais se situam universidades e institutos de ensino superior, exige ter em tela não só a diversidade de nacionalidades, mas, também, de culturas e etnias.

Para isso, exige ter presente o contexto de relações raciais de um país racista e desigual que marca a realidade brasileira e portuguesa (GUSMÃO, 2014, P. 48).

Na visão desse autor, o estudante estrangeiro, nesse caso africano, o seu processo de reterritorialização poderá ou não se efetivar levando em consideração vários elementos básicos e essenciais que poderão contribuir para que o mesmo possa se suceder:

> A distribuição espacial desses estudantes, a conformação heterogênea de grupos, com forte sentido de localidade, ajuda mútua e, ainda, fatores relativos à forma de moradia, condição familiar, econômica, de raça e de gênero entre muitas outras, atuam semelhante às partes de

> um leque de alternativas complexas, tensas e desafiadoras (GUSMÃO, 2014, P. 48).

Em todas as relações humanas sempre existiu e existirá tensões e conflitos. Com os estudantes africanos em Acarape e Redenção isso não foge à regra. Gusmão (2014), por exemplo, destaca que são vários os tipos de conflitos e estão ligados à: moradia, condição econômica, língua, raça, entraves vividos pelos que optam por estudar no Brasil.

Ademais, Gusmão (2014) acrescenta ainda que, sob a natureza de tais conflitos, os nacionais dos países de acolhimento também estranham o outro que chega, que não adentra o meio universitário pelos mesmos caminhos, porque estes veem os novos estudantes como sujeitos que adentram um espaço de difícil acesso, a universidade, não por seus próprios méritos, mas por serem alvo de privilégios decorrentes das políticas vigentes (GUSMÃO, 2014, p. 50).

Assim, as tensões da vida acadêmica envolvem a compreensão dos mecanismos burocráticos e administrativos de como funciona a instituição, de como ocorrem as relações entre professores e alunos, do pouco contato com colegas brasileiros, tudo passa a exigir uma dedicação intensa aos estudos para assim, vencerem as barreiras, serem mais aceitos e, por fim, se reterritorializarem em um novo contexto. Contudo, a maior barreira com que se deparam no Brasil, em especial nas cidades de Acarape e Redenção, onde a UNILAB está localizada, diz respeito ao racismo brasileiro que os colocam diante de violências diversas. Esse projeto, portanto, visa compreender as dificuldades, os trânsitos e desafios impostos aos estudantes africanos no processo de reterritorialização no Brasil.

METODOLOGIA

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2002). Pois, para o alcance das respostas desejadas e, posteriormente, compreensão da realidade é preciso o uso adequado das técnicas e métodos de pesquisa que as Ciências Socias fornecem. Neste sentido, para a nossa pesquisa, a metodologia ocupa um lugar de destaque como uma das ferramentas essenciais para a execução da mesma. Lenin (1965 apud Minayo 2002) disse que: “o método é a alma da teoria”.

Nesta pesquisa, nos atentamos e tomamos como nota tal sentença e faremos uso das ferramentas necessárias para obtenção de informações que nos ajudarão a

compreender realidade existente no campo em pesquisa e a realidade dos agentes em questão. Assim, para conseguir obter os dados da nossa pesquisa sobre os desafios, tensões e conflitos no processo de reterritrialização dos estudantes africanos nos municipio de Acarape e Redenção e para, em seguida, fornecer estes dados à comunidade académica e ao público em geral, seguiremos todos os parâmetros científicos que orientam e validam o conhecimento gerado.

Em toda pesquisa é imprescindível o uso de várias metodologias; não somente para a obtenção dos resultados desejados, mas também para enriquecimento dos dados coletados.

Dada a natureza do objeto desta pesquisa e para uma melhor qualidade na obtenção dos dados, este trabalho será desenvolvido a partir de uma perspectiva qualitativa. Sobre tal abordagem, John Creswell relata:

> A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. (CRESWELL, 2011, p. 26)

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória (Goldemberg, 2004, p. 14). Neste sentido, tal perspectiva coaduna-se com a proposta em questão.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Esta abordagem se preocupa - nas Ciências Sociais e Humanas, principalmente, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A pesquisa qualitativa trabalha com universo de significados, motivos aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2002, p. 22).

Por via disso, o foco da nossa pesquisa não será em fatos numéricos, porque este tratamento dificultaria o alcance dos objetivos citados acima. Por conseguinte, optaremos pela observação participante, pois pensamos ser a mais adequada para este caso. Esta proposta tem sido uma das mais utilizadas nas pesquisas sociais, com o intuito de ajudar a observar e conhecer a realidade da situação em estudo/análise. E para o nosso caso, serão os estudantes africanos que vivenciam o processo de

reterritorialização em Redenção/Acarape os interlocutores potenciais para a observação participante.

Com a observação participante buscamos compreender e experienciar a situação dos estudantes em análise de uma forma mais presente, como relata James Clifford:

> A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, a vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado linguístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e frequentemente um "desarranjo" das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 1998, p. 20)

Sabe-se que nós os seres humanos, por meio da observação, temos a possibilidade de registrar acontecimentos experenciados, mas reconhecemos que, algumas vezes, dependendo da situação, ela pode falhar no registro de certas informações.

Dado a este fato, a metodologia de observação participante geralmente tem sido acompanhada de outras técnicas de pesquisa; para o nosso caso estas técnicas nos ajudarão na coleta dos dados. Com efeito, será usado o caderno de campo, que alguns chamam de bloco de notas ou ainda, se preferirem, diário de campo, como uma ferramenta primária.

E, no intuito de não incorrer ao esquecimento, usaremos esta ferramenta onde nela serão colocadas, minuciosamente, todas as anotações recolhidas das observações durante a execução do projeto. Tudo isso para prestar as informações tal qual foram observadas/recolhidas.

Geralmente, quer na observação participante, quer no uso de caderno de anotações, há uma outra técnica de pesquisa que tem sido usada que é a elaboração de entrevistas por meio de um questionário específico. Nas pesquisas das Ciências Sociais temos a possibilidade de três (3) tipos ou modelos de elaboração de questionários para entrevistas: não-estruturada, semi-estruturada e, finalmente, a estruturada. Porém, para nossa pesquisa, optaremos pela semi-estruturada, dada a especificidade dos objetivos preconizados.

Vários pesquisadores e metodólogos nos oferecem inúmeros conceitos sobre os tipos de entrevistas e, principalmente sobre a semi-estruturada que é a que nós basearemos como técnica na elaboração dos questionários. Diante disso, recorremos às bibliografias existentes sobre o assunto e nos apegamos aos conceitos de Manzini e

Triviños (ano?), porque nos pareceu mais adequados aos objetivos que pretendemos neste projeto.

Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica elaborar questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Tais questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes/interlocutores.

E com isso, tal formato de entrevista favorecerá não só na descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]" além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Nessa mesma senda de ideia, acrescenta Manzini (1990/1991, p. 154), esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

Dessa forma, para que a nossa pesquisa atinja os objetivos pretendidos e para uma melhor coleta e obtenção de informações, será necessário a elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam tais objetivos/fins. Tal roteiro serviria, para além de coletar as informações básicas, como também um meio para nos organizarmos durante o processo de interação com os nossos informantes/interlocutores.

REFERÊNCIAS

BELLA, Gabi Di e CHRIST, Gui. **Como africanos veem o preconceito no Brasil**. De São Paulo para a BBC Brasil, 20 novembro 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38034668> acesso em 13/07/2019.

BRAH, Avtar. **Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión**. Madrid: Maggie Schmi y Traficantes de Sueños, 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto. **Racismo em três dimensões uma abordagem realista-crítica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais - vol. 32 n° 95, 2017.

CHELOTTI Marcelo Cervo. **Reterritorialização e Identidade Territorial**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, abr. 2010.

CLIFFORD, James. **A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA:** antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Ufrj, 1998.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

EDNALDO, Tartaglia Santos e Odete Burgeile. **O deslocamento espacial de imigrantes haitianos: da desterritorialização à reterritorialização**. Confins, Revista franco-brasileira de geografia, nº32, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/12176> acesso em 10/08/2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L**. Os estabelecidos e os outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade***. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FUINI Lucas Labigalini. **O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações**. Geografia, Ensino & Pesquisa, Vol. 21 (2017), n.1.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. **Intelectuais negros: migração e formação entre conflitos e tensões**. In:O público e o privado - Nº 23 - Janeiro/Junho – Fortaleza:UECE, 2014.

HAESBAERT, Rogério**. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.

MARINUCCI, Roberto, **Racismos e Migrações**. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. vol.26 no.53 Brasília May/Aug. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**; editora vozes. 21ª ed. Petrópolis, 2002.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios Migrantes: Transterritorialização e identidade em Francisco Beltrão/PR**, UFGD editora, 2012.

SAQUET, M. A.; SPOSITO E. S (Org.). **Territórios E Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. 1ª ed. Expressão popular, S. Paulo-2009.

SAYAD, A. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo, Edusp, 1998.

SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**, RBSE Vol. 4 nº 12 dezembro de 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. **Estrangeiros na metrópole: territórios e fronteiras da alteridade em São Paulo**, Revista USP São Paulo n. 114 julho/agosto/setembro.